

Liberdade justa

O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia é indiscutivelmente necessário, mas não pode se transformar em ameaça às cadeias produtivas locais

Em junho de 2019 foi assinado o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. O que ocorrerá com o Brasil quando o acordo passar a vigorar?

Um bom comparativo pode ser estabelecido com o Nafta – Acordo de livre Comércio da América do Norte criado em 1º/1/1994. Formado por Estados Unidos, Canadá, México e o Chile como membro convidado, a estratégia de criação do bloco teve por objetivo enfrentar a concorrência dos mercados europeu e especialmente o asiático. Apesar de o acordo ter como objetivo principal eliminar barreiras alfandegárias e os impostos de importação de bens e mercadorias, a eliminação de barreiras alfandegárias ocorreu de forma gradual e lenta, justificada pela necessidade de proteger setores ainda frágeis da economia de cada um dos países-membros.

Dentro do Nafta, as relações comerciais acabam por gravitar em torno dos Estados Unidos, pois tanto a economia do Canadá quanto a do México são dependentes das exportações para o gigante estadunidense. De maneira semelhante, os Estados Unidos utilizam esta relação de dependência para adquirir desses países matérias-primas e mercadorias a custos reduzidos e vender os produtos industrializados produzidos em território norte-americano.

A situação do México é grave, pois a sua economia chega a possuir um caráter de submissão frente aos Estados Unidos. As exportações, a indústria, as atividades agropecuárias e de mineração são, em sua maioria, destinadas ao país vizinho. Além disso, grandes

empresas estadunidenses instalam filiais de suas indústrias em território mexicano – na fronteira com os EUA – para reduzirem custos com salários, impostos, e restrições ambientais.

No início da década de 1990 o governo brasileiro, que prometia caçar marajás, escancarou as fronteiras do Brasil ao mundo. Resultado prático: importações de produtos similares que provocaram a falência de muitas cadeias produtivas dos setores de indústria e de agricultura. Exemplo: calçados, têxtil, brinquedos, alho, cebola, batata etc. Simultaneamente, grandes redes de varejo se estabeleceram no país e dominaram todos os grandes centros consumidores. Nos países sérios, as grandes redes de varejo são estrategicamente nacionais.

O acordo de livre comércio praticado pelo Chile há décadas proporcionou muitos benefícios, porém também causou seríssimos problemas, como a implosão de diversas cadeias produtivas, com destaque à da batata. Apesar de serem considerados os locais de origem da batata e produzirem em abundância, a população consome cada vez mais o produto processado importado dos países do bloco.

Na China e na Índia, o governo proíbe importações de produtos similares ou máquinas que provocam desemprego. As grandes empresas multinacionais que processam batatas são incentivadas a construir indústrias dentro do país, processar matéria-prima produzida por produtores locais, abastecer o mercado interno e, se possível, exportar o excedente.


Na maioria dos países latino-americanos, inclusive no Brasil, o

governo facilitou as importações de produtos similares e consequentemente gerou desemprego e falência de produtores.

Afinal, quais as prioridades dos acordos de livre comércio: a prosperidade dos países ou de empresas? A concentração ou a distribuição de renda?

Há que se tomar cuidado para que tal acordo não destrua impiedosamente todas as cadeias agropecuárias que destinam a produção para o abastecimento do mercado interno. A falência destas cadeias representa a desgraça de milhões de brasileiros – produtores, pesquisadores, comerciantes, provedores de insumos, mas principalmente de trabalhadores marginalizados – analfabetos, idosos, ex-presidiários, ex-viciados etc.

Por outro lado, a prosperidade será fantástica para as cadeias agropecuárias que exportam aos países incapazes de produzir o que precisam para alimentar seu povo. O Brasil deve importar somente o que é incapaz de produzir. O exemplo a ser seguido é o de China e Índia, ou seja, impedir importações que desempregam a população.

O governo atual deve ouvir, conhecer e entender a situação e a importância econômica e social das cadeias agropecuárias que destinam a produção para o abastecimento do mercado interno. O acordo de livre comércio é indiscutivelmente necessário, porém o foco prioritário deve ser a humanidade e não a riqueza incalculável concentrada em atletas, artistas, políticos, empresários etc. 

Natalino Shimoyama,
ABBA